TC 011.984/2015-5

Tomada de Contas Especial

Caixa Econômica Federal

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em obediência ao Acórdão 854/2014 - TCU - 1ª Câmara, em desfavor dos Srs. Carlos Alexandre Ferreira Silva e Frank Luiz da Cunha Garcia, ex-prefeitos municipais Parintins/AM, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 233.240-15/2007, que teve por objeto a execução de urbanização de assentamentos precários naquele município. O contrato de repasse previa o valor total de R\$ 5.250.000,00, sendo R\$ 5.000.000,00 de responsabilidade da União e R\$ 250.000,00 correspondentes à contrapartida municipal (peça 1, p. 56-68).

2. O exame empreendido pela unidade técnica resultou em proposta uniforme de acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Carlos Alexandre Ferreira Silva, prefeito sucessor, julgar regulares suas contas e dar-lhe quitação plena; e, por outro lado, de rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia, prefeito antecessor, julgar irregulares suas contas, condená-lo em débito e aplicar-lhe multa (peças 19 a 21).

3. Com as devidas vênias, entendo que esse encaminhamento não merece prosperar.

4. É certo que não houve a conclusão do objeto contratado, o que motivou a instauração da presente tomada de contas especial. No entanto, observo que, para a execução do objeto contratado, foi repassado à conta corrente vinculada ao contrato de repasse o montante de R\$ 2.720.000,00, dos quais R\$ 2.490.932,67 foram desbloqueados ao município para o pagamento dos serviços/obras realizadas (peça 1, p. 240), valor que se mostra compatível com a execução parcial (49,40%) constatada no Relatório de Acompanhamento - RAE de 01/08/2012, relativo à vistoria "*in loco*" realizada pela área técnica da Caixa Econômica Federal (peça 1, p. 116-118).

5. Dessa forma, entendo que não pode ser imputada responsabilidade ao Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia pela não conclusão do objeto contratado. Os elementos constantes dos autos indicam que, em sua gestão, houve compatibilidade entre a execução física das obras e o desembolso financeiro dos recursos.

6. De outra parte, o Sr. Frank Luiz exerceu o cargo de Prefeito Municipal até o ano de 2012, ao passo que a vigência do contrato de repasse foi prorrogada para até 23/11/2014 (peça 1, p. 82), já no curso do mandato do prefeito sucessor, o Sr. Carlos Alexandre Ferreira Silva. No entanto, durante o mandato do prefeito sucessor, não houve qualquer execução física ou financeira, tampouco liberação de recursos por parte da Caixa Econômica Federal que pudesse viabilizar a conclusão do objeto contratado. Acrescente-se que a ele foi imputada responsabilidade solidária nesta TCE, em razão das tratativas administrativas para a resolução das pendências necessárias à retomada das obras terem se mostrado infrutíferas, segundo informação da CEF, contida no TC 038.236/2012-5, à peça 60.

7. Diante desse quadro, pode-se cogitar da prática de ato ilegítimo e antieconômico pelo Sr. Carlos Alexandre Ferreira da Silva, consistente em sua inércia em retomar a execução do contrato de repasse, o que pode ensejar eventual aplicação de multa ao responsável, nos termos de precedente recente extraído da Jurisprudência Seleccionada do Tribunal, *verbis*:

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

Configura prática de ato ilegítimo e antieconômico, sujeito à multa do art. 58, inciso III, da Lei 8.443/92, o não cumprimento pelo gestor sucessor de termo de compromisso firmado com a concedente com vistas à continuidade de convênio não concluído por gestão anterior, uma vez que essa omissão pode prolongar o tempo de paralisação do empreendimento, ensejar custos maiores em sua retomada e, até mesmo, o não aproveitamento da parte da obra já realizada. (Acórdão 4.064/2015 - Primeira Câmara; Ministro Relator Augusto Sherman)

8. Desse modo, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, deve ser promovida a audiência do ex-Prefeito relativamente a essa ocorrência, não especificamente descrita na citação que lhe foi dirigida originariamente.

9. Por fim, impende destacar que o fato de o Sr. Carlos Alexandre Ferreira da Silva ter impetrado ação judicial em desfavor do seu antecessor não obsta eventual aplicação de multa ao responsável em razão de sua inércia na continuidade das obras. A Súmula 230 do TCU trata de situação diversa, referente à competência do prefeito sucessor para apresentar as contas dos recursos federais recebidos por seu antecessor, ou, na impossibilidade de fazê-lo, para adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público, sob pena de corresponsabilidade.

10. Ante o exposto, este membro do Ministério Público de Contas propõe:

a) promover a audiência do Sr. Carlos Alexandre Ferreira da Silva para que apresente suas razões de justificativa em face do não cumprimento do Contrato de Repasse 233.240-15/2007, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Parintins/AM e a União, por intermédio da Caixa Econômica Federal, com vistas à continuidade das obras não concluídas na gestão anterior;

b) caso não seja adotada a medida preliminar sugerida na alínea anterior, em atenção ao disposto no art. 62, § 2º, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas dos Srs. Frank Luiz da Cunha Garcia e Carlos Alexandre Ferreira Silva, dando-lhes quitação.

(Assinado Eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador